



Recebido em
20-01-2018

Aprovado em
30-05-2018

Como citar este artigo

Silva MRG; Sanna MC. [Fundação e Consolidação da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé - MG]. Hist enferm Rev eletrônica [Internet]. 2018; 9 (1):7-19.

Fundação e consolidação da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé-MG

Foundation and consolidation of Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé-MG

Fundación y consolidación de la Santa Casa de Misericordia de Guaxupé-MG

Maria Regina Guimarães Silva^I, Maria Cristina Sanna^{II}

^I Enfermeira. Mestre em Ensino em Ciências da Saúde. Doutoranda em Ciências pela Escola Paulista de Enfermagem (EPE-Unifesp). Bolsista CNPq/141671/2015-7. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Administração em Saúde e Gerenciamento de Enfermagem – Gepag, da EPE-Unifesp. Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação. São Paulo, SP, Brasil.

^{II} Enfermeira. Mestre e Doutora em Enfermagem. Pesquisadora do Gepag da EPE-Unifesp. Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação. São Paulo, SP, Brasil.

RESUMO

Pesquisa histórico-documental cujo objetivo foi descrever e analisar a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé, ocorrida em julho de 1908, e a sua consolidação, atestada pelos registros no primeiro livro de pacientes internados, datados desde janeiro de 1923. Os documentos administrativos, cartoriais e legais capturados para a pesquisa foram registrados em planilha eletrônica e fichados. Apurou-se que o aumento da produção cafeeira e a expansão das ferrovias, que alcançou Guaxupé em 1904, determinaram o progresso local, conjunto de fatores esse que mobilizou a liderança dos fazendeiros e da Igreja católica para as transformações urbanas daquele povoado, que aumentava significativamente com a chegada de imigrantes e brasileiros à procura de trabalho e melhores condições de vida. Esse crescimento populacional trouxe o aumento das enfermidades e houve a necessidade da fundação de um local que pudesse atender aos doentes, principalmente os colonos e os operários da linha ferroviária, do que resultou a fundação da Santa Casa. O papel dessa instituição era caritativo, acolhendo os doentes pobres e prestando-lhes atendimento à saúde; por isso, tinha um significado especial para a população, que participava da sua manutenção oferecendo donativos. A instituição foi criada no bojo desse movimento modernizador, constituindo peça-chave na manutenção das relações de poder e no controle das camadas urbanas, mais especificamente dos mais pobres, que se multiplicavam como resultado desse processo de desenvolvimento econômico e que ficaram suscetíveis ao controle social e disciplinar da vida pública e privada.

Descritores: Hospitais Filantrópicos; História; Assistência à Saúde.

ABSTRACT

Historical-documentary research whose objective was to describe and analyze the foundation of Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé, which occurred in July 1908, and its consolidation, attested by the records in the first book of hospitalized patients, dating from January 1923. The administrative, legal and legal documents captured for the survey were recorded in electronic spread-sheet and filed. It was found that the increase in coffee production and the expansion of railroads, which reached Guaxupé in 1904, determined local progress, and this set of factors mobilized the leadership of farmers and the Catholic Church for the urban transformations of that village, which increased significantly with the arrival of immigrants and Brazilians looking for work and better living conditions. This population growth brought about the increase of the illnesses and it was necessary the foundation of a place that could take care of the patients, mainly the settlers and the workers of the railway line, which resulted in the foundation of Santa Casa. The role of this institution was charitable, welcoming poor patients and providing them with health care; therefore, had a special meaning for the population, which participated in its maintenance offering donations. The institution was created in the midst of this modernizing movement, constituting a key part in the maintenance of power relations and in the control of the urban layers, more specifically of the poorest, who multiplied as a result of this process of economic development, and who were susceptible to social control and discipline of public and private life.

Descriptors: Hospitals; Voluntary; History; Delivery of Health Care.

RESUMEN

Pesquisa histórico-documental cuyo objetivo fue describir y analizar la fundación de Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé, ocurrida en julio de 1908, y a su consolidación, atestada por los registros en el primer libro de pacientes internados, fechado desde enero de 1923. Los documentos administrativos, notarios y legales capturados para la pesquisa fueron registrados en plantilla electrónica y fichados. Se apuró que el aumento de la producción de café y la expansión de los ferrocarriles, que alcanzó Guaxupé en 1904, determinaron el progreso local, y ese conjunto de factores movilizó el liderazgo de los agricultores y de la Iglesia Católica para las transformaciones urbanas de aquel pueblo, que aumentaba significativamente con la llegada de inmigrantes y brasileños a la búsqueda de trabajo y mejores condiciones de vida. Ese crecimiento de la población trajo el aumento de las enfermedades y hubo la necesidad de la fundación de un local que pudiese atender a los enfermos, principalmente los colonos y los operarios de la línea de ferrocarril, que resultó la fundación de Santa Casa. El papel de esa institución era caritativo, acogiendo los enfermos pobres y prestándoles atención a la salud; por eso, tenía un significado especial para la población, que participaba de su mantenimiento ofreciendo donativos. La institución fue creada a raíz de ese movimiento modernizador, constituyendo pieza clave en el mantenimiento de las relaciones de poder y en el control de las camadas urbanas, más específicamente de los más pobres, que se multiplicaban como resultado de ese proceso de desenvolvimiento económico, y que quedaron susceptibles al control social y disciplinar de la vida pública y privada.

Palabras clave: Hospitales Filantrópicos, Historia, Prestación de Atención de Salud.

INTRODUÇÃO

A história da criação da Santa Casa de Guaxupé¹ está atrelada ao processo de desenvolvimento e de urbanização da cidade, que foi fundada em 1837 por Paulo Carneiro Bastos, doador de uma gleba de 24 alqueires de terra para a construção da primeira igreja e praça do lugarejo, a fim de constituir um novo povoado. A área doada era cercada por propriedades rurais e teve seu progresso alinhado ao capital econômico dos fazendeiros locais que, unidos à Igreja católica, constituíram o patrimônio material da localidade⁽¹⁾.

O Arraial das Dores do Guaxupé² se desenvolveu com a chegada da estrada de ferro em 1904, construída a partir do investimento de capital financeiro de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, fazendeiro e chefe político local. Com a expansão da malha ferroviária, Guaxupé passou a receber imigrantes italianos, espanhóis e sírio-libaneses em busca de trabalho e oportunidades de negócios,

¹ Razão Social: Irmandade de Misericórdia de Guaxupé. Nome fictício: Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES. Acesso em: 26/07/2017. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Exibe_Ficha_Estabelecimento.asp?VCo_Unidade=3128702796449.

² O Arraial das Dores do Guaxupé foi fundado em 1º de novembro de 1837. A Lei nº 623, de 3 de maio de 1853, elevou o Arraial a Distrito de Paz de Dores do Guaxupé. A Lei Mineira nº 556, de 30 de agosto de 1911, artigo 7º, elevava o Distrito de Paz de Dores do Guaxupé à categoria de Villa. No dia 1º de junho de 1912, a Villa foi transformada politicamente em município. A Lei Estadual nº 663, artigo 20, de 18 de setembro de 1915, elevou a Villa de Dores do Guaxupé à categoria de cidade. Fonte: SILVEIRA, Moacir. História da Comarca de Guaxupé. Guaxupé: Graph Express, 1996.

favorecendo a abertura de casas bancárias, comerciais e escolas, além da criação dos espaços de lazer, isso resultando na transformação do povoado em cidade⁽²⁾.

Esse crescimento populacional, tanto urbano quanto rural, trouxe também aumento significativo de doenças e a cidade passou a necessitar de um local que atendesse aos doentes, a maior parte constituída de colonos das fazendas e operários da estrada de ferro, surgindo a ideia de se fundar uma santa casa na cidade.

Atualmente essa instituição de saúde é uma unidade referência da microrregião do Sul de Minas no atendimento à saúde dos clientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Atende a população de Guaxupé e de mais oito cidades da microrregião – Arceburgo, Guaraniésia, São Pedro da União, Juruáia, Muzambinho, Nova Rezende, Monte Belo e Cabo Verde – num total de aproximadamente 160 mil habitantes. A entidade é credenciada junto ao Ministério da Saúde (Governo Federal) e à Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, dispondo de 102 leitos, dos quais 67 destinados ao SUS, contando com unidade de terapia intensiva com 10 leitos, sendo nove do SUS. Dispõe, ainda, de centro de hemodiálise, laboratório de análises clínicas, centro de diagnóstico por imagem e pronto socorro aberto ininterruptamente, sendo integrante da rede de Urgência e Emergência da região Macrossul de Minas Gerais⁽³⁾.

A Santa Casa firmou também um acordo de cooperação técnica com o Centro Universitário de Guaxupé, proporcionando campo de estágio aos alunos de graduação em Enfermagem e Fisioterapia, constituindo-se, assim, em um espaço para o ensino, pesquisa e assistência. Conta com 319 profissionais contratados, sendo 146 membros do Serviço de Enfermagem, e seu corpo clínico é composto por 90 médicos de diversas especialidades⁽³⁾.

Considerando-se que a fundação da Santa Casa teve influência sociopolítica na época da transformação do povoado, e que essa instituição foi um marco na assistência à saúde guaxupeana, oferecendo serviços ininterruptamente, resolveu-se realizar o presente estudo, que poderá contribuir para a ampliação do conhecimento e a compreensão da história desse hospital modelo-referência da região geográfica em que se situa.

Diante dessas considerações, descrever e analisar a fundação e a consolidação dessa instituição de saúde se constituiu no objetivo deste estudo.

MÉTODO

Análise histórico-documental, cujo início de recorte temporal foi demarcado pela ata que registrou a fundação da Santa Casa de Guaxupé, ocorrida em julho de 1908, e se estendeu até a consolidação dessa instituição, que foi estabelecida, para esta pesquisa, com a descrição dos primeiros registros de pacientes internados no hospital, datada de janeiro de 1923.

Os dados foram coletados no acervo da Santa Casa de Guaxupé, após solicitação formal da pesquisadora à gerente de Enfermagem, que autorizou a cópia eletrostática das atas e dos documentos, tais como livros-ata, estatuto da irmandade⁽⁴⁾ e livro de registros de enfermos na instituição⁽⁵⁾. Esse livro de registro de enfermos foi fotografado eletronicamente em estúdio e seus dados foram posteriormente lançados em planilha Excel®.

No cartório da cidade foram selecionados documentos oficiais, tais como escritura pública de doação de terras para a fundação da cidade e contratos de trabalho entre proprietários rurais e lavradores⁽⁶⁻⁷⁾; no acesso à imprensa local, foram consultados jornais donde se capturaram matérias específicas sobre a Santa Casa de Guaxupé, das quais se fizeram cópias eletrostáticas.

Além disso, foi feita consulta a sites como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁽⁸⁾ e da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – Federassantas⁽⁹⁾. Também foram consultados dois livros publicados por cidadãos guaxupeanos que retratam os acontecimentos históricos da cidade, uma tese de cátedra do início do século XX sobre a inspeção sanitária do município⁽¹⁰⁾ e um livro sobre a história da comarca de Guaxupé⁽¹¹⁾.

Após a leitura das fontes, esses dados foram armazenados em pastas físicas e foi construída uma planilha eletrônica de registros, intitulada “Descrição dos documentos/fontes primárias referentes à Santa Casa de Guaxupé”, à qual foi anexado o fichamento de cada documento. Essa planilha foi organizada em seis colunas compostas dos itens: data, tipo de documento, autor, localização, características dos documentos e fichamentos. Os documentos foram lidos várias vezes para produzir os citados fichamentos, os quais foram agrupados por similaridade e pertinência temática para narrar e discutir o que foi encontrado,

em contraste com a bibliografia pertinente e à luz do referencial filosófico de análise. A realização deste estudo obteve a aprovação do Comitê de Ética da Santa Casa de Guaxupé e do Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, este registrado no Parecer nº 354.873.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

³ Médico, natural de Lavras-MG, mudou-se para Guaxupé em 1907 a convite de Antonio Costa Monteiro. Participou da criação do segundo periódico semanal de notícias, o *Jornal Guaxupé*, criado em 1905. Fonte: Valle, LR do, Carvalho DA de, Rezende JB de. Revista de Guaxupé. Número especial para a exposição. Guaxupé, setembro de 1922.

⁴ Proprietário do segundo periódico semanal de notícias, o *Jornal Guaxupé*, criado em 1905. Fonte: *ibidem*.

⁵ Vigário que liderou a primeira reforma da Matriz, em 1907, com a colaboração de Antonio Costa Monteiro e Joaquim Augusto Ribeiro do Valle. Fonte: VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: Memória Histórica a Terra e a Gente*. 2ª Ed. Guaxupé: Gráfica Nossa Senhora de Fátima, 2004.

⁶ Vereador e primeiro presidente da Câmara Municipal de Guaxupé, exercendo o mandato de 1912 a 1916. No seu governo deu-se a instalação do Grupo Escolar Delfim Moreira e do Colégio São Luiz Gonzaga, além de ter sido feito o planejamento dos serviços de água da cidade e a delimitação do primeiro perímetro urbano da cidade. Foi membro fundador da primeira casa financeira da cidade – o Banco de Guaxupé, em 1909. Fonte: *ibidem*.

A partir das ideias de João Augusto da Silva Penna³ e Alfredo Ribeiro da Silva⁴, um grupo da elite de proprietários rurais do povoado fundou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé, o primeiro hospital da cidade. A reunião que registrou o feito aconteceu no dia 19 de julho de 1908, à uma hora da tarde, no antigo Largo do Rosário, hoje Avenida Conde Ribeiro do Valle, na casa de Antônio Costa de Oliveira, conhecido como Tonico Barbeiro.

Com letras bem desenhadas, em um livro de ata já bastante roído por insetos, amarelado e com alguns trechos de difícil compreensão, registrou-se a primeira reunião para exposição da ideia da fundação de uma Santa Casa em Guaxupé:

Acta da reunião convocada pelo Sr. Dr. João da Silva Penna e Alfredo Ribeiro da Silva para a fundação da Santa Casa de Misericórdia desta localidade á uma hora da tarde do dia 19 de julho de 1908, reunidos em casa do cidadão Antônio Costa Barbeiro os abaixo assignados foram aclamados, presidente, o Cel. Antônio Costa Monteiro e vice-presidente o Cel. Joaquim Augusto Ribeiro do Valle que convidou para secretario o cidadão Alfredo Ribeiro da Silva, que tomando a palavra explicou os fins da reunião, cujas ideias forão unanimemente adoptadas. Por proposta do Coronel Joaquim Augusto foi eleita uma comissão para organizarem os estatutos do estabelecimento, planta e orçamento do edificio, composta do Cel. Antonio Costa Monteiro, Dr. Silva Penna e Alfredo Ribeiro, que aceitarão a incumbência. Igualmente foi eleita as Comissões abaixo a fim de angariar donativos⁽¹²⁾...

Sob a liderança do vigário Nicephoro Correa de Moraes⁵, foram eleitas as comissões de senhoras e cavalheiros da localidade, a fim de angariar donativos para a execução da obra. A comissão de cavalheiros foi composta por fazendeiros, acionistas bancários e comerciantes locais, tendo sido a comissão de senhoras composta pelas esposas e parentes desses atores sociais.

Pode-se inferir que a fundação dessa entidade de saúde foi coordenada pela elite guaxupeana e pela Igreja católica local, que organizaram um movimento para arrecadação de donativos de populares e contaram também com as doações particulares de sua diretoria, como, por exemplo, o terreno para a construção do prédio, doado por Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, que mais tarde se tornaria o primeiro provedor da instituição.

Em 27 de setembro de 1908, dois meses depois da primeira reunião, sob a então presidência de Antônio Costa Monteiro⁶, secretariado por Alfredo Ribeiro da Silva, ocorreu nova reunião em local não mencionado em ata. Essa reunião foi convocada para que os presentes tomassem conhecimento do estatuto, da planta do edificio, do orçamento e da lista de donativos⁽¹³⁾. Esse estatuto garantia, de certa forma, uma projeção política dos envolvidos no processo de fundação da Santa Casa, uma vez que, conforme o modelo de Lisboa, deveria ser regido por homens “bons, virtuosos e de boa família e que praticassem a caridade”, além de garantir assistência à saúde pública dos mais pobres⁽¹⁴⁾.

A caridade naquela época se caracterizava pela relação entre os fundadores e mantenedores das instituições de saúde que detinham o poder econômico e social, com a camada mais pobre da população, que compreendia os indigentes, os colonos e os operários que estavam mais expostos à aquisição de doenças e não tinham qualquer assistência à saúde garantida nos seus contratos de trabalho. Isso ocorria com a intervenção da Igreja católica, que praticava as ações caritativas com a proposta de aumentar o número de fiéis e cumprir os propósitos da religião.

Pode-se afirmar que os menos abastados não tinham condições financeiras de arcar com as despesas decorrentes dos serviços recebidos da Santa Casa, visto que os contratos de trabalho da época ofereciam baixa remuneração, paga anualmente, após a colheita da safra de café. Esses contratos estabelecidos entre os fazendeiros e os agricultores tratavam do plantio de café em determinada fazenda, onde os locadores ofereciam uma casa para moradia e um espaço para a plantação de milho, cana e feijão ou similares para consumo próprio e pasto para oito animais. Nesse contrato, os locatários se comprometiam a plantar e a cuidar dessa lavoura por um período de quatro anos, sendo o recebimento parcelado geralmente em quatro vezes, a primeira parcela paga no ato da assinatura do contrato e as demais, uma vez ao ano⁽⁶⁻⁷⁾.

⁷ Fundador do primeiro cinema de Guaxupé – Cine Avenida, em dezembro de 1911. Fonte: Ferraz, RZ. O primeiro cinema de Guaxupé. *Jornal da Região*. Ano IX, nº 490, p.17, de 07 de dezembro de 2002.

⁸ Acionista da primeira casa financeira, o Banco de Guaxupé, fundado em 15 de agosto de 1909. Fonte: VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: Memória Histórica a Terra e a Gente*. 2ª Ed. Guaxupé: Gráfica Nossa Senhora de Fátima, 2004.

⁹ Graduou-se médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887. Dedicou-se à atividade agrícola e clinicava em Guaxupé às quintas-feiras. Fonte: Ferraz RZ. Avenida Dr. João Carlos. *Jornal da Região*, ano XII, nº 642. Guaxupé, 19 de novembro de 2005, p.14.

¹⁰ Presidente do Conselho Distrital e Administrador da Recebedoria de Minas Gerais. Foi secretário do Partido Republicano Mineiro - PRM. Fonte: VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: Memória Histórica a Terra e a Gente*. 2ª Ed. Guaxupé: Gráfica Nossa Senhora de Fátima, 2004.

¹¹ Juiz de Paz de Guaxupé no ano de 1900. Membro fundador do Partido Republicano Mineiro – PRM, na Fre-guesia de Dores de Guaxupé. Fonte: *ibidem*.

Depois de empreendidos os esforços de coleta de valores para a criação do hospital em foco, foram apresentadas as somas angariadas pelos portadores das listas, o que levou grande entusiasmo aos idealizadores da Santa Casa, pois houve uma arrecadação de 12:962\$000 (doze contos e novecentos e sessenta e dois mil réis). O valor estimado desse montante equivalia, à época, a 129 bois de carro ou a aproximadamente 30.000 pés de café produzindo. Esses dados foram registrados no Cartório de Muzambinho em 1917 e referem-se ao espólio de um cidadão guaxupeano que, dentre outros bens, era proprietário de uma casa localizada no centro da cidade, no valor de 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis)⁽¹⁵⁾. Essa comparação permite compreender o significado do valor arrecadado.

A assembleia optou, então, por iniciar a construção do edifício. Por conta disso, João da Silva Penna apresentou a planta e elegeu-se a primeira administração da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé, assim constituída: para provedor, Joaquim Augusto Ribeiro do Valle; vice-provedor, João Augusto da Silva Penna; tesoureiro, Raphael Vômero⁷; secretário, Alfredo Ribeiro da Silva; procurador, Bento Ribeiro Ferraz⁸; e, como mesários, foram eleitos Antônio Costa Monteiro, João Carlos de Magalhães Gomes⁹, Francisco Anacleto de Rezende¹⁰ e Mário de Magalhães Gomes¹¹.

Joaquim Augusto Ribeiro do Valle possuía nove propriedades rurais de grande extensão nos arredores das cidades de Guaxupé e de São Simão, sendo a principal produção agrícola dessas terras o café, que, em seguida, passou a ser produzido em maior escala e a ser transportado pela estrada de ferro até o porto de Santos, a fim de ser exportado⁽¹⁶⁾.

O fazendeiro citado investiu grande capital financeiro para a expansão da malha ferroviária até Guaxupé, o que permitia o escoamento da sua produção cafeeira. Era primo de Antonio Costa Monteiro, que foi o primeiro prefeito e presidente da Câmara Municipal de Guaxupé, e, juntos, fundaram o diretório do Partido Republicano Mineiro – PRM e as primeiras casas bancárias da cidade. Seu descendente, Antonio Costa Monteiro Filho, foi o segundo prefeito da cidade e dedicou-se, como seu pai, às atividades agrícolas e também chefe do diretório do PRM, além de suceder seu pai na presidência da câmara municipal local. Monteiro Filho graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo e trabalhou na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro como engenheiro-chefe. Anos mais tarde, Antonio Costa Monteiro Júnior também assumiu o cargo de prefeito da cidade⁽¹⁷⁾.

Joaquim Augusto Ribeiro do Valle e seu primo Antonio Costa Monteiro foram atores sociais de destaque na fundação e na manutenção da Santa Casa, pois os cargos assumidos por ambos – provedor e mesário – foram constantes por décadas, além de outros membros do corpo diretivo, que eram indicados por eles, nas eleições, para preencher as mesas administrativas da instituição, a fim de assumir as funções de vice-provedor, mordomo, secretário, tesoureiro e mesários.

Assim, a mesa administrativa da irmandade era constituída pela elite local, que também mantinha boas relações com os representantes do clero. Era eleito, por escrutínio, ao cargo de provedor, aquele que “tivesse bens materiais e morais, além de praticar a caridade”, conforme modelo adotado na matriz lisboeta, ou seja, participavam dessa diretoria pessoas que exerciam poder e influência perante a camada mais pobre da sociedade⁽¹⁸⁾. Nesse cenário, pode-se afirmar que as famílias Ribeiro do Valle e Costa Monteiro exerceram notável influência na fundação da Santa Casa e no desenvolvimento do povoado, já que seus integrantes fizeram parte de todo o processo de criação e consolidação dessa instituição de saúde, pois colaboraram política e financeiramente para a implantação e manutenção desse hospital, além de nela exercerem funções administrativas.

O Estatuto ou Compromisso da Misericórdia de Guaxupé⁽⁴⁾ foi apresentado pelo vice-provedor e elaborado com base no regimento da matriz lisboeta, fundada em 1498 pela rainha Leonor de Lencastre, cujo objetivo era a prática de 14 obras de caridade, que se dividiam em sete espirituais, mais orientadas para as questões morais e religiosas, tais como ensinar os simples, dar bom conselho, corrigir com caridade os que erram, consolar os que sofrem, perdoar os que nos ofendem, sofrer as injúrias com paciência e rezar a Deus pelos vivos e pelos mortos, e sete obras corporais, que estavam relacionadas sobretudo com as preocupações com a vida física, a saber: remir os cativos e visitar os presos, curar e assistir os doentes, vestir os nus, dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, dar pousada aos peregrinos e sepultar os mortos⁽¹⁹⁾.

Conforme os primeiros artigos do Estatuto da Santa Casa de Guaxupé, que foi assinado por 33 “irmãos”, a instituição propunha-se ao exercício das obras de caridade, dispensando socorros a todos os necessitados, sem distinção de crença ou nacionalidade. Por esse regimento, era considerado irmão

a “pessoa que contribuisse financeiramente com as obras e com a manutenção do hospital, desde que tivessem um decente meio de subsistência, bons costumes e uma posição honesta na sociedade”⁽⁴⁾. Para fins de comparação entre a fundação das santas casas brasileiras, a de São Paulo, embora fosse criada num espaço mais urbano, diferente de Guaxupé, que era considerada uma área eminentemente rural, também foi construída a partir de doações da elite paulista, como oficiais do Exército, coronéis, mulheres desses expoentes da sociedade e a participação da Igreja católica, que era representada por bispos e padres⁽²⁰⁾.

Era notória a função caritativa que as santas casas desempenhavam junto às populações locais, pois as pessoas pobres e em situação de vulnerabilidade – em geral negros, brancos pobres, estrangeiros e soldados – eram acolhidas nessas instituições. Em algumas santas casas, como a de São João del-Rei, fundada em 1783, eram acolhidas, ainda, as crianças que eram abandonadas na roda dos expostos⁽²¹⁾. O Estatuto da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro também previa o recolhimento de órfãos e sua doutrinação até o matrimônio, condição essa que gerava um aumento do rebanho cristão⁽²²⁾.

Segundo Abreu⁽¹⁴⁾, as misericórdias portuguesas, que mais tarde se tornariam modelo para as santas casas brasileiras, eram voltadas para a caridade desde os seus primórdios; estas também apelaram para o envolvimento dos fiéis nesse processo de implantação de novas instituições assistenciais de saúde, que tinham, como valor essencial do Cristianismo, a fraternidade. Esse valor moral favorecia a integração das pessoas para exercer as obras da misericórdia e o espírito fraternal, formando grandes confrarias, que eram bem vistas politicamente e também pelo clero.

No dia 10 de julho de 1910⁽²³⁾, terminada a construção do prédio, os membros fundadores da Santa Casa de Guaxupé se reuniram em local e hora não declarados em ata, sob a presidência de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, com a finalidade de aprovar as contas apresentadas pelo tesoureiro Raphael Vômero, que declarou uma arrecadação de 17:991\$300 (dezesete contos e novecentos e noventa e um mil trezentos réis); no entanto, os gastos com a construção chegaram a 18:698\$230 (dezoito contos e seiscentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta réis), deixando um saldo devedor de 706\$820 (setecentos e seis mil, oitocentos e vinte réis), resultado que foi unanimemente aprovado pela administração. João Carlos de Magalhães Gomes, médico e mesário, propôs que, para a manutenção das obras da Santa Casa, cada irmão contribuisse com 1\$000 (um mil réis) mensais e que fosse ainda estabelecida uma comissão para que angariassem donativos para a constituição do patrimônio do hospital, que também mantinha cofres fixados nas suas paredes a fim de angariar recursos para o seu custeio⁽²³⁾.

O provedor anunciou que até então a instituição estava sendo mantida com a colaboração da Igreja católica, com os donativos da sociedade e com a anuidade e mensalidades pagas pelos irmãos, não tendo até a ocasião recebido subvenções municipal, estadual ou federal, apesar de esforços para isso empregados. Somente a partir de 1919, na provedoria de Custódio Ribeiro Ferreira Leite, a santa casa recebeu a primeira subvenção, situação que foi facilitada pelo fato de o mesmo ator social ter tomado posse, em 1º de janeiro de 1918, como presidente da Câmara e chefe do executivo municipal de Guaxupé⁽²⁴⁾.

Nova reunião⁽²⁵⁾ foi realizada sob a provedoria de Antonio Costa Monteiro, no Banco de Guaxupé, para tratar do movimento financeiro da santa casa que, dois anos depois da fundação, mantinha um saldo positivo, contando com a doação do padre Joaquim Pinto Fraissat¹², no valor de 860\$000, que fora depositado no Banco de Guaxupé. Essa casa bancária foi fundada em 1909, pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé e demais integrantes do corpo diretivo⁽²⁶⁾, que foram reeleitos.

Essa mesa administrativa, composta após a implantação do estatuto, deveria ser mantida por dois anos, com um provedor como presidente, um vice-provedor, um tesoureiro, um procurador, um secretário e doze mesários que serviriam um biênio. Conforme o compromisso, a função do provedor era a de presidir as seções da mesa administrativa, representar a Santa Casa perante os poderes públicos e autoridades de qualquer ordem em todas as relações e manter a ordem na instituição. Ao vice-provedor competia inspecionar e dirigir a administração interna do hospital, registrar a entrada dos enfermos, vistar as contas e substituir o provedor em caso de necessidade ou ausência deste. O tesoureiro registrava as receitas e despesas do hospital e despendia os pagamentos necessários à manutenção da Santa Casa. O procurador cobrava e recebia as joias e mensalidades dos irmãos e arrecadava as doações, enquanto o secretário lavrava as atas da mesa administrativa e organizava o arquivo local⁽²⁵⁾.

Quando algum membro da mesa administrativa renunciava ao cargo, era substituído através de votação ou indicação do provedor. Como exemplo, pode-se citar a desistência do cargo de procurador por Pedro José Vieira, substituído por José Silvério Marques, que, aceitando o encargo, tomou posse

¹² Nomeado vigário de Guaxupé em 8 de agosto de 1908. Fonte: VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: Memória Histórica a Terra e a Gente*. 2ª Ed. Guaxupé: Gráfica Nossa Senhora de Fátima, 2004.

imediatamente. Os integrantes do corpo diretivo eram reconhecidos e enaltecidos pela sociedade e, quando havia renúncia ou falecimento de algum deles, era habitual que se lançasse em ata um voto de louvor, como foi feito ao antigo procurador que, conforme o estatuto, tinha a função de cobrar e receber as joias e mensalidades dos irmãos, além de arrecadar as doações para manter o hospital, devendo entregar a quantia mensal ao tesoureiro⁽²⁵⁾.

Nota-se que, no período da fundação da Santa Casa de Guaxupé, os principais atores sociais envolvidos no processo foram os fazendeiros, os médicos, os advogados e o clero, pois detinham o poder político e o capital financeiro para instituir uma santa casa na cidade a fim de prestar assistência à saúde da população guaxupeana, o que lhes garantia certo prestígio, aumentando, assim, seu poder de influência sobre os mais pobres. A unificação desse poder adveio da necessidade de se constituir a cidade como unidade, organizando o corpo urbano de modo coerente e homogêneo, único e bem regulamentado por razões políticas e econômicas, daí a imposição de um poder político capaz de esquadriñar essa população urbana, conforme orienta Foucault⁽²⁷⁾.

A palavra poder vem do latim e significa posse. Na prática, a palavra remete a ser capaz, ter autoridade e indica uma ação que exprime a força, a persuasão, o controle e a regulação. De acordo com um dicionário de filosofia⁽²⁸⁾, a palavra poder, na esfera social, é definida como a capacidade de se conseguir algo, quer seja por direito, por controle, quer seja por influência.

Foucault⁽²⁹⁾ definiu o poder como sendo a capacidade de mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para a obtenção de resultados, embora esse poder possa ser exercido de forma consciente ou não, sendo, frequentemente, exercido de forma deliberada. O autor afirmava que o poder é aceito pela sociedade pelo fato de ele produzir um discurso e formar o saber. Foucault considerava também ser possível lutar contra padrões de pensamento e comportamento, mas impossível eximir-se das relações de poder.

Nas obras sobre o nascimento da medicina social e do hospital, Foucault apontou que medicalizar o doente era a forma encontrada para purificar o espaço urbano, colaborando, assim, com a organização sanitária das cidades, ou seja, a internação se constituía em uma medicina de exclusão onde se isolava, se vigiava e se controlava a saúde das pessoas. A coabitação de pobres e ricos num mesmo espaço urbano era considerada tanto um perigo sanitário como político, o que ocasionou a separação, a organização e a moradia das diferentes classes sociais em um mesmo núcleo urbano⁽²⁹⁾.

Aproximadamente dois anos depois da fundação, foi realizada nova reunião⁽³⁰⁾, sob a provedoria de Antonio Costa Monteiro, cuja pauta tratava do número de doentes que foram atendidos na Santa Casa no período de fevereiro de 1911 a abril de 1912, sendo esses os primeiros registros de doentes internados na Santa Casa. Segundo atestado pelos médicos José Borges Gurfão e Jorge Sant'Anna, presentes à reunião, 27 doentes estiveram em tratamento naquele período e outros enfermos foram atendidos sem internação, além de doentes internados na modalidade particulares, os quais, porém, não tiveram seus nomes registrados. Esses médicos ainda descreveram que parte dos doentes atendidos pertencia ao grupo de operários que trabalhavam na construção da Rede Sul Mineira de Estradas de Ferro. O número de doentes atendidos e internados no hospital já tornava aguda a necessidade da organização dos enfermeiros e médicos que prestariam assistência à saúde da população guaxupeana.

Os serviços de assistência na Santa Casa se iniciaram com Rosa Sanchetta, que prestou serviços no hospital exercendo atividades laborais de enfermagem, tendo sido, por isso, reconhecida pelo corpo diretivo da Santa Casa⁽²⁵⁾, mas faz-se necessário esclarecer o caráter essencialmente empírico da Enfermagem na época, haja vista que a fundação da primeira escola de formação de enfermeiras no modelo nightingaleano no Brasil, atual Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN)⁽³¹⁾, ocorreu em 1923, na cidade do Rio de Janeiro. Não foi encontrado qualquer documento referente à origem e outros dados pessoais e profissionais dessa enfermeira, nem o tempo de sua atuação profissional na Santa Casa. À época, ocupacionais que exerciam a função de enfermagem e desfrutavam de reconhecimento por esse fazer eram denominados genericamente como enfermeiros, como no caso de José Lucas do Nascimento, primeiro enfermeiro contratado no Hospital Universitário Onofre Lopes, na cidade de Natal-RN, que também foi fundado no ano de 1908⁽³²⁾.

O segundo enfermeiro a trabalhar no hospital de Guaxupé foi o zelador Pio Damião¹³⁽³³⁾, casado com Jerônyma Damião, que assumiu, até a década de 1940, o ofício de parteira. Os dois moraram nas dependências da Santa Casa até 1914, prestando seus serviços gratuitamente. A partir desse ano, o corpo diretivo decidiu pagar mensalmente, a Pio Damião, a quantia de 360\$000 (trezentos e sessenta mil réis), já que ele cuidava da cozinha, da lavanderia e da enfermaria, e sua esposa, Jeronyma Damião, receberia mais 1\$000 (um mil réis) diários por doente internado no hospital.

¹³ Primeiro enfermeiro da Santa Casa de Guaxupé. Fonte: Silva MRG, Sanna MC. Pio Damião: a Enfermagem como forma de participação política. REFACS (online) 2016; 4(1):59-68.

A classe médica, por sua vez, iniciou seus trabalhos na instituição em foco com Domenico Loraggi, que era gratificado mensalmente com 200\$000, além de cobrar a diária de 4\$000 a 6\$000 por doente internado que tivesse condição financeira de custear a sua hospitalização⁽³⁴⁾. Mais tarde se elegeu um diretor e um vice-diretor do serviço de clínica médica do hospital. Compareceram a essa reunião os médicos Henrique de Sá, Bueno Brandão, Joaquim Libânio Leite Ribeiro, Mário Gonçalves, João Marafelli, José Nunes da Costa Tibau, Agostinho Bretas e Manoel Martins do Pilar. Eduardo de Oliveira justificou sua ausência por carta ao provedor. Foram eleitos, para o cargo de diretor, Mário Gonçalves e, para o de vice-diretor, Joaquim Libânio; ambos ficaram incumbidos de elaborar um regulamento interno para o serviço da clínica, que contaria com a colaboração de três médicos – Henrique de Sá, Bueno Brandão e Mário Gonçalves.

A relação entre os médicos e os políticos se fortaleceu a partir da socialização do corpo enquanto força de produção, força de trabalho, já que o controle da sociedade sobre os indivíduos, segundo Foucault, começa no corpo e com o corpo. Nesse contexto, a medicina passa a ser uma estratégia biopolítica, ou seja, mais do que curar doentes, converteu-se em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los, constatar o estado de saúde de cada um e fixar, assim, uma sociedade esquadrinhada, dividida e inspecionada, tecendo, dessa forma, o controle das classes ricas pela classe pobre, vez que o pobre encontrava a possibilidade de se tratar gratuitamente e os ricos garantiam não serem vítimas de epidemias originárias da classe pobre⁽²⁷⁾.

Para Foucault, a medicina se tornou uma instituição de controle social a partir de um repositório de verdade, o que significava que o médico se tornava referência pela soma de seus conhecimentos. Nessa esfera, problemas sociais passaram a ser cada vez mais medicalizados, possibilitando o controle e a vigilância populacionais por parte desses atores – instituições, no que concerne ao controle – sociais. De fato, “a medicina se entrelaça, nesse processo, com novos modos de governar as pessoas, individual e coletivamente, de tal modo que os médicos, em aliança com outros profissionais e autoridades políticas, buscam gerir modos de existência com o intuito de minimizar a doença e promover a saúde individual e coletiva”^(35, p.1259).

Entre outras realizações do corpo médico, criou-se ainda a Liga de Combate à Sífilis e foi fundada a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Guaxupé, aglutinando profissionais do sul de Minas e também de cidades paulistas próximas⁽²⁾. Nesse meio tempo, Mário Gonçalves, diretor do Serviço de Clínica Médica da Santa Casa, pediu demissão do cargo, alegando motivos imperiosos para não mais exercê-lo, e agradeceu ao provedor, aos médicos e ao enfermeiro Pio Damião e sua esposa pelos serviços que lhe foram confiados e que exerceu com muita dedicação. Foi substituído por Henrique de Sá⁽³⁴⁾.

Aproximadamente cinco anos após a instalação da Santa Casa, o provedor iniciou a reunião⁽³⁶⁾ da diretoria com o propósito de expandir a lista de contribuintes, haja vista o aumento do número de doentes atendidos. Para tanto, a cidade foi dividida em bairros, para facilitar a arrecadação das doações, que era realizada pelos irmãos da Misericórdia. Para a zona urbana foi designado apenas um irmão, tal a disparidade territorial e populacional entre as duas divisões geográficas.

Consta em ata⁽³⁷⁾ que o provedor enfatizou a importância de ter um estabelecimento de caridade na cidade e quanto era difícil a sua manutenção porque não tinha uma renda fixa e, assim, não constituía um patrimônio, em face das onerosas despesas que seu funcionamento demandava. Ressaltou os melhoramentos efetuados na Santa Casa, como a instalação da sala de operações, a restauração de água potável e a construção do necrotério, que contaram com a doação da condessa Genoveva Amalia Junqueira Ribeiro do Valle¹⁴⁽³⁸⁾. Além dessas melhorias, foram aviadas mais de mil receitas médicas e foram internados mais de 300 pacientes, provenientes tanto do município quanto das demais cidades da região⁽³⁷⁾. Agradeceu aos médicos que dispensaram carinho e bom atendimento aos doentes indigentes, mesmo sentimento aplicado aos doentes “mais importantes”, e agradeceu, também, aos enfermeiros, pela maneira carinhosa com que ministraram, aos doentes, os curativos, a alimentação e a higiene.

A direção do hospital se reuniu em junho de 1919 para organizar uma quermesse⁽³⁹⁾ em benefício da Santa Casa, pois a instituição estava com saldo deficitário devido ao custo com o aumento do número de atendimentos e de internação dos doentes, já que a estrada de ferro e a atividade da cidade atraíam novos moradores e imigrantes para o local, em busca de trabalho.

Segundo Araújo⁽⁴⁰⁾, as misericórdias lisboetas eram constituídas por irmãos nobres e oficiais e nem todos que desejavam podiam ascender a essas confrarias da elite portuguesa, pois ingressar numa Misericórdia significava, de certa forma, dar respostas a anseios espirituais e de caridade ao próximo, satisfazendo ainda aspirações sociais e políticas. Havia interesse político e religioso em facilitar a

¹⁴ Esposa de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle. Primeira presidente do Apostolado da Oração. Fonte: VALLE José Ribeiro do. *E eles também cresceram e se multiplicaram...* Os Ribeiro do Valle, da região de São João D'El Rei às nascentes dos rios Pardo e Sapucaí. São Paulo: Hucitec, 1982.

sociabilidade e estreitamento de laços fraternais entre os seus membros e entre estes com a comunidade, tanto que esse evento social favorecia a obtenção de donativos, já que era notório o aumento da população guaxupeana e os gastos com a assistência à saúde na Santa Casa local.

Note-se que o primeiro recenseamento de Guaxupé, datado de 1920, apontou uma população de 16.701 habitantes, sendo 8.427 homens e 8.274 mulheres. Nele havia registro de ocorrência de doenças como a febre tifoide, tuberculose, lepra, pneumonia, gripe, meningite e gastroenterite, entre outras. Além de não ter água tratada à época, o que favorecia o aparecimento de doenças gastrointestinais, não havia em Guaxupé outro estabelecimento de saúde que pudesse contribuir para o atendimento da população. Nessas circunstâncias, a Santa Casa já apresentava indícios de falta de subsídios para a sua manutenção e uma quermesse poderia angariar fundos que contribuíssem com o dispêndio de gastos da instituição, tanto pelo crescimento do povoado quanto pelo aumento da incidência de doenças. Foi então eleita uma comissão para angariar fundos para a festa, constituída pelos familiares dos fundadores e representantes da Igreja católica local.

Essa primeira quermesse aconteceu em setembro de 1920 e contou com donativos de particulares e da diretoria da Santa Casa, que resolveu organizar as barracas conforme as colônias lá instaladas, a saber, barraca brasileira, barraca espanhola, barraca italiana, barraca portuguesa e barraca síria. A população contribuiu significativamente para o êxito da festa, que culminou com um saldo positivo suficiente para manter o hospital por um ano, reformar a rouparia, prover a aquisição de mesas de ferro esmaltado para a cabeceira dos leitos, providenciar a pintura dos pavimentos internos, comprar máquina de escrever, escrivantina e materiais de escritório, além de contratar a aplicação de verniz nos móveis. Utilizou-se ainda parte do montante apurado na quermesse para sanear os porões e substituir a cerca de arames que ficava em frente à Santa Casa por um gradil de cimento armado⁽³⁹⁾.

Não se tem o registro contábil dessas quermesses, mas pode-se supor que esse tipo de festa era rentável e bem aceito pela comunidade, pois essa prática para arrecadação de fundos prevaleceu na Santa Casa nos anos consecutivos, o que colaborava com as despesas da instituição, além de promover diversão para os guaxupeanos durante o período em que era realizada. De fato, em uma semana se desfrutava das barracas, dos leilões de prendas, das músicas e das peças teatrais, conforme anunciado na mídia guaxupeana em janeiro de 1924:

Para fazer face às depezas dessa importante instituição de caridade que vem prestando relevantes serviços, socorrendo um número considerável de enfermos necessitados a sua actual directoria, com o concurso de várias pessoas, está organizando um magnífico programa para uma Kermesse que deverá se realizar em fins de abril do corrente ano. Como sempre, espera-se a cooperação de todos...⁽⁴¹⁾

Em fevereiro de 1921, elegeu-se a diretoria⁽⁴²⁾ para gerir o biênio 1921-1922. Nesse encontro, o provedor agradeceu a cooperação de todos os envolvidos em prol da Santa Casa na prestação de atendimento de qualidade e beneficiando a população pobre, além de ter declarado ser esse “testemunho fiel de espírito caridoso que preside o sentimento do povo guaxupeano, que é essencialmente bom e religioso”. Na ocasião, Joaquim Augusto Ribeiro do Valle sugeriu que a diretoria fosse reeleita, o que foi aceito por todos os integrantes do corpo diretivo do hospital. Foram ainda substituídos dois integrantes da mesa por motivo de falecimento.

Os membros dessa diretoria e outras pessoas que compunham a elite guaxupeana da época doaram um montante em espécie que foi suficiente para a construção, na década de 1920, do laboratório da Santa Casa⁽⁴³⁾. Houve também donativos materiais como tijolos, tábuas, caibros, janelas e portas, telhas, cal, pedra, areia, tintas, madeiras e mão de obra para a realização do edifício, e a oferta de frangos, o que demonstrava que a população da cidade colaborava com as obras da Santa Casa⁽⁴⁴⁾ e era reconhecida por isso. Na mesma ata citada se lê:

...O senhor presidente agradeceu à todos pelo comparecimento á presente reunião e propoz um voto de louvor ao corpo clínico e a todos os auxiliares e enfermeiros, conscitando a nova administração a prosseguir sempre no desempenho de tão importante acto de caridade, pois é ella a mais bella e preciosa flôr que viceja sobre a terra e quem a pratica e communga esse sentimento merece a recompensa Divina e a gratidão da pobreza. A proposta foi aprovada com aplausos geraes...⁽⁴²⁾

Os proprietários rurais foram personagens representativos da elite guaxupeana e se sucederam nas diretorias da Santa Casa desde a sua fundação, tendo participação efetiva nas realizações dessa instituição de assistência à saúde durante toda a sua trajetória, aplicando capital financeiro suficiente

para manter seu funcionamento. Uma maneira de se comprovarem essas realizações é examinar o primeiro Livro de Registro dos Enfermos, que está arquivado na própria instituição. O livro foi aberto no dia 1º de janeiro de 1923 e contém o nome do médico, a data da entrada, o nome do doente, a cor, o sexo, a idade, a naturalidade, o estado civil, a nacionalidade, a profissão, a procedência, a situação no hospital, o número do leito, o diagnóstico, as operações e os resultados dos tratamentos, além da data das saídas e observações referentes ao tratamento dos doentes⁽⁵⁾.

Foram internados, nesse primeiro ano de registro, 269 enfermos, dos quais 113 pacientes eram do sexo feminino e 156 do sexo masculino, de nacionalidades brasileira, italiana, espanhola, síria, suíça e portuguesa. Sobre as profissões desses pacientes, há registros de doméstica, lavrador, cozinheiro, caixeiro, carpinteiro, carroceiro, chofer, cocheiro, feitor, hortaleiro¹⁵, negociante e pedreiro, provenientes em sua maioria da zona rural de Guaxupé e de cidades vizinhas. Nas enfermarias foram internados 242 pacientes e 27 ocuparam os apartamentos da Santa Casa.

Fazendeiros e médicos que representavam a elite guaxupeana tinham interesse em manter esses corpos e mentes sãos para a disposição ao trabalho, vigiando-os e constatando o estado de saúde de cada um deles; assim, esses trabalhadores eram inspecionados e controlados. A Santa Casa, como parte do projeto civilizatório de Guaxupé, aplicava a medicina urbana como método de vigilância e praticava a hospitalização para a manutenção saudável desses corpos, na dominação assistência-proteção, assistência-controle⁽²⁷⁾.

Pode-se inferir que a Santa Casa cumpriu a proposta da sua fundação, visto que, através dos registros, houve atendimento e prestação de socorro aos mais pobres, notadamente os lavradores e prestadores de serviços, que não tinham condições financeiras de arcar com os custos hospitalares e que, portanto, dependiam do auxílio dos mantenedores da instituição.

Esse livro de registro, além de mostrar o perfil dos doentes atendidos e internados na Santa Casa, atesta a consolidação dessa instituição de saúde, que presta serviços ininterruptos desde a sua fundação, sendo a prova de que os esforços da comunidade guaxupeana para a criação e implantação da instituição foram bem-sucedidas.

Na cidade de Guaxupé, o poder da elite foi imposto pelas autoridades políticas e sociais do local, conforme as definições de Foucault anteriormente explicitadas. Na camada social mais abastada concentravam-se os fazendeiros, os advogados e os médicos que, em conjunto com o clero, deliberavam sobre os serviços a serem implantados na cidade, como o comércio, a expansão da malha ferroviária, o lazer e a implantação dos serviços de saúde, a exemplo da fundação da Santa Casa, foco deste estudo.

Para que as relações de poder fossem estabelecidas e mantidas na sociedade, era necessária a imposição da disciplina, pois, como explicou Foucault, esta estabelecia as relações de mandante-mandatário, persuasivo-persuadido e quaisquer relações que exprimam o comando-comandados⁽⁴⁵⁾, como se pôde comprovar neste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da produção cafeeira em escala comercial a partir de 1900 e a expansão das ferrovias, que levou o trem até Guaxupé em 1904, determinaram o progresso local, conjunto de fatores esse que atraiu a atenção dos fazendeiros e da Igreja católica, no sentido de investir capital financeiro e social para as necessárias transformações urbanas daquele povoado, que aumentava significativamente, com a chegada dos imigrantes e dos brasileiros novos moradores, à procura de trabalho e melhores condições de vida.

O crescimento populacional levou também o aumento das enfermidades e houve a necessidade da fundação de um local que pudesse atender aos doentes, principalmente os colonos e os operários da linha ferroviária. Para atender a essa necessidade, a elite guaxupeana teve a ideia de fundar a Santa Casa, empreendimento que teve estreita relação com as questões políticas e sociais que envolveram seus governantes.

O papel central dessa instituição de saúde era caritativo, acolhendo os doentes pobres e prestando-lhes atendimento à saúde; por isso, tinha um significado especial para a população, que participava da manutenção da Santa Casa oferecendo donativos e contribuindo com as quermesses.

A instalação da Santa Casa proporcionou visibilidade e projeção política aos governantes e também à Igreja católica, pois essa oferta de assistência à saúde garantia e fortalecia o poder político local. Nessa perspectiva chama a atenção que as mesas administrativas geralmente fossem compostas por pessoas de um mesmo núcleo de influência.

¹⁵ Equivalente, atualmente, a hortelão.

A instituição foi criada no bojo de um movimento modernizador, constituindo peça-chave na manutenção das relações de poder e no controle das camadas urbanas, mais especificamente dos mais pobres, que se multiplicavam como resultado desse processo de desenvolvimento econômico, tendo ficado suscetíveis ao controle social e disciplinar da vida pública e privada.

Na cidade de Guaxupé, o poder foi imposto pelas autoridades políticas e sociais do local, conforme as definições de Foucault. Na camada social mais abastada concentravam-se os fazendeiros, os advogados e os médicos que, em conjunto com o clero, deliberavam sobre os serviços a serem implantados na cidade – o comércio, a expansão da malha ferroviária, o lazer e a implantação dos serviços de saúde, como a fundação da Santa Casa.

Espera-se que outros estudos possam explorar a história da Santa Casa de Guaxupé, como os atores sociais envolvidos na fundação do hospital, a participação da Igreja católica, como o hospital se organizou e se sustenta até a atualidade, impactando na saúde da população guaxupeana.

REFERÊNCIAS

1. Escritura Pública de Doação da Capela de Nossa Senhora das Dores, feita por Paulo Carneiro Bastos e Lauriana Maria de Jesus. Fonte: Livro 01, fls. 46 a 47, de 08/05/1861.
2. Valle JR, Valle GR, Ferreira MC, Ribeiro VV, Valle LER. Guaxupé: memória histórica – a terra e a gente. 2 ed. Guaxupé: Gráfica Nossa Senhora de Fátima; 2004.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Brasília; 2017. [citado em: 04 jun 2017]. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp?VEstado=31&VMun=312870&VComp=201706
4. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Assembleia da Instalação da Mesa Administrativa do Hospital de Guaxupé, ocorrida em dez de julho de 1910. Estatuto da Irmandade de Misericórdia de Guaxupé. Livro I, p.4-9.
5. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. I Livro de Registro dos Enfermos (1923-1932).
6. Escritura de locação de serviço entre Antonio da Costa Monteiro com Graciano José de Paula. Livro de notas nº3, fls. 36, de 22/10/1877.
7. Escritura de locação de serviço entre Donato de Souza Gomes com Nabriano Gonçalves e Sauviano Gonçalves. Livro de notas nº3, fls. 36, de 15/01/1878.
8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Guaxupé-Minas Gerais. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/guaxupe.pdf>
9. Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – FEDERASSANTAS. Disponível em: <http://www.federassantas.org.br/novosite/>
10. Valle JR. Inspeção Sanitária do Município de Guaxupé. Documento datilografado. Jul. 1931.
11. Silveira M. História da comarca de Guaxupé-MG. Guaxupé (MG): Graph Express; 1996.
12. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da reunião para a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé, ocorrida em 19 de julho de 1908. A ortografia da época foi mantida nas fontes primárias. Livro nº 1, p.1.
13. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Assembleia de instalação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, ocorrida em 27 de setembro de 1908. Livro nº 1, p.2.
14. Abreu L. O papel das Misericórdias dos 'lugares de além-mar' na formação do Império português. Hist. cienc. saude-Manguinhos [Online]. 2001; 8(3) 591-611. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400005&lng=en
15. Autos de Esboço de Partilha-Espólio do Dr. João Carlos de Magalhães Gomes. Cartório do 1º Ofício de Muzambinho. Muzambinho (MG); 1917 fev.
16. Ferraz RZ. Governo do Coronel Antonio Costa Monteiro. Jornal da Região, Guaxupé, Ano XI, nº 597, p.14, 08 jan. 2005.
17. Ferraz RZ. Governo do Dr. Antonio Costa Monteiro Filho – Dr. Tônico. Jornal da Região, Guaxupé, Ano XI, nº 598, p.14, 15 jan. 2005.

18. Sá GI. As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas no período moderno. Cadernos do Noroeste [Online]. 2001; 15 (1-2) 337-358. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3352/1/miseric%C3%B3rdias.pdf>
19. Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Lisboa; 2014. [citado em: 29 jun 2017]. Disponível em: http://www.scml.pt/pt-PT/scml/5_seculos_de_historia/seculos_xv_e_xvi/
20. Silva, MRB da. Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: saúde e assistência se tornam públicas (1875-1910). *Varia hist.* [Online]. 2010; 44 (26) 395-420. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752010000200004
21. Maria LCR, Silveira NC. Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso da prática médica nas Minas Gerais oitocentista. *História Unisinos* [online]. 2006 10(1) 5-13. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6165>
22. Gandelman LM. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [Online]. 2001; 8(3): 613-630. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n3/7647.pdf>
23. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Assembleia da Instalação da Mesa Administrativa do Hospital de Guaxupé, ocorrida em 10 de julho de 1910. Livro nº 1, p.3-4.
24. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Guaxupé. O governo do município de Guaxupé. Gráfica NSA-Escola Profissional. Guaxupé; 1994, p.5.
25. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Irmandade de Misericórdia do Hospital de Guaxupé, ocorrida em 16 de agosto de 1912. Livro nº 1, p.10.
26. Ferraz RZ. O Banco do Guaxupé. *Jornal da Região, Guaxupé, Ano X, nº 526, p.14, 16 agos. 2003.*
27. Foucault M. *Microfísica do Poder*. 5 ed. Machado R, tradutor. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2017.
28. Blackburn S. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1997.
29. Foucault M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Ramallete R, tradutora. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2014. 4ª reimpressão, 2017.
30. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Sessão Ordinária da Irmandade da Associação do Hospital de Guaxupé, ocorrida em 30 de dezembro de 1912, no Banco de Guaxupé. Livro nº 1, p.10.
31. Geovanini T, Moreira A, Schoeller SD, Machado WCA. *História da Enfermagem: versões e interpretações*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revinter; 2002.
32. Carlos DJD, Germano RM, Padilha MI. História e memória do Hospital Universitário Onofre Lopes, Natal (RN): 1909-2000. *Hist enferm Rev eletrônica* [Online]. 2013; 4(1) 38 – 57. Disponível em: <http://www.here.abennacional.org.br/here/vol4num1artigo4.pdf>
33. Silva MRG, Sanna MC. Pio Damião: a Enfermagem como forma de participação política. *REFACS* [online] 2016; 4(1) 59-68. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/1534>
34. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Reunião dos médicos locais para eleição do diretor e vice-diretor do Hospital de Guaxupé, ocorrida em 19 de agosto de 1917. Livro nº 1, p.15.
35. Carvalho SR; Rodrigues CO; Costa FD; Andrade HS. Medicalização: uma crítica (im)pertinente? *Physis - Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 25 [4]: 1251-1269, 2015.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v25n4/0103-7331-physis-25-04-01251.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2018.
36. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Sessão Ordinária da Mesa Administrativa do Hospital de Guaxupé, ocorrida em 12 de setembro de 1915. Livro nº 1, p.13.
37. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no salão do Cinema Avenida, aos 17 de fevereiro de 1919, às 14 horas com a finalidade de eleger nova mesa administrativa para o triênio 1919 a 1921. Livro nº 1, p.16-18.
38. Valle LR, Carvalho DA, Rezende, JB de. (redatores). *Revista de Guaxupé. Número especial comemorativo ao Centenário da Independência. Typografia de obras da cidade de Guaxupé. Guaxupé 1922 set.*

39. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Sessão Extraordinária da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé, para o fim de organizar uma quermesse em benefício do referido estabelecimento, aos vinte e nove de junho de 1919, às 12 horas, na sala do Banco de Guaxupé. Livro nº 1, p.21.
40. Araújo MML de. As misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 155-176, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <http://santascasadamisericordia.blogspot.com.br/2008/10/as-misericrdias-portuguesas-enquanto.html>. Acesso em: 02 jan. 2018.
41. Grande Kermesse em benefício da Santa Casa de Guaxupé. Jornal Cidade de Guaxupé, Edição nº371, p.02, 13 jan. 1924.
42. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé. Ata da Sessão da Assembleia Geral Ordinária realizada no salão do Teatro São Carlos para o fim de proceder-se a eleição da Diretoria que servirá no biênio de 1921 a 1922, aos treze de fevereiro de 1921, às quatorze horas, no salão do. Livro nº 1, p.22.
43. Construção de uma dependência para um laboratório na Santa Casa – donativos. Jornal Cidade de Guaxupé, Edição nº360, p.02, 28 out. 1923.
44. Construção de uma dependência para um laboratório na Santa Casa – donativos. Jornal Cidade de Guaxupé, Edição nº367, p.05, 16 dez. 1923.
45. Ferreirinha IM, Raitz TR. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. RAP. 2010 Mar-Abr;44(2):367-83.